

A documentação é farta, memoriais, cédulas reais, relatórios, ordens dos governadores sob as mais variadas providências, requerimentos, certificados de compra, etc., etc.

Seria desnecessário ressaltar a valiosa contribuição para o estudo da história das Bandeiras e do trabalho dos jesuitas na América, que representa esta coleção. É uma fonte preciosa que fornece farto material para a realização de novos estudos e também para revisão de muitos aspectos de trabalhos já realizados sobre o assunto.

VIVALDO W. F. DAGLIONE

*

* *

SANTOS FILHO (Lycurgo). — **Uma comunidade rural do Brasil Antigo**. Edição ilustrada. Volume 9 da Coleção “Brasilianna”. Série Grande Formato. Cia. Editôra Nacional. São Paulo, 1956.

Até onde a História de uma família pode interessar à História de um povo ou de uma civilização?

A nosso ver, afóra o necessário restabelecimento do passado histórico, também há a necessidade de requisitar-se a interpretação sociológica, no sentido que lhe empresta a **Escola Histórico-Cultural**. E aqui, então, teremos o que poderíamos chamar de **sociologia doméstica**, para a investigação e interpretação dos fatos internos, a fim de que seja definido o substrato da projeção histórica do grupo familiar, na sua presença e na sua eventual continuidade histórica.

Assim, êsse estudo, que tem ganho cada vez maior número de pesquisadores, terá sua importância presa, principalmente, a dois aspectos: 1.º **interno** — o dos costumes, que poderá explicar o “standard” de uma época do pretérito; 2.º **externo** — a ação social, política, religiosa, econômica, etc., dos integrantes do grupo familiar, ou do próprio grupo em si, na comunidade, na sociedade e na própria civilização.

É óbvio que no primeiro caso, pode interessar o estudo de **qualquer família**, isto é, o estudo de uma família, cuja constituição orgânica, dentro de uma **normalidade**, servirá para caracterizar o **momento histórico**. Já no segundo caso, a família a ser estudada carecerá, principalmente, na sua continuidade histórica, de uma projeção que possa ter influído na modificação e evolução dos fenômenos históricos.

Em ambos os casos, e eles não se confundem, a História terá o seu “campus”, para a reconstituição e compreensão do passado.

Ora, quando ocorre da família constituir-se em **comunidade**, e portanto, passa a encerrar um complexo de organização **espacial e funcional** mais dilatado, então, geralmente, dar-se-á o ensêjo do estudo de ambos os aspectos: interno e externo, pois a família, no caso, pela sua projeção e continuidade, exigirá que o historiador se atente tanto ao **doméstico** (no sentido interno), quanto ao **social** (no senti-

do externo), pois com **aquê**le poderá chegar, muitas vêzes, a **compreender** o comportamento histórico **neste**, tanto do indivíduo, da pessoa, quanto do grupo.

Esse estudo foi o que empreendeu, embora sem a necessária e desejável amplitude de interpretações, o sr. Lycurgo de Castro Santos Filho, com um exaustivo **levantamento** documental de uma comunidade rurícola do estado da Bahia, nos séculos XVIII e XIX.

Da vida doméstica no Brasil Colonial e em boa parte do Império, no tocante ao meio rural, apenas nos ficaram os flagrantes registrados pelos ilustres visitantes estrangeiros, que nas suas andanças aproveitavam nas casas grandes em busca de pousada, e assim surpreendiam a intimidade patriarcal daqueles solares.

Tirante o prof. Pedro Calmon, que realizou o estudo sôbre a longa trajetória histórica da dinastia de Garcia d'Ávila, cuja progenitura vem de nossos primórdios, os estudos que nos ficaram, nesse sentido, são poucos, obrigando os nossos historiadores e sociólogos às pesquisas de difícil acesso.

Assim é, que os inventários e testamentos, pela ausência ou não conservação dos arquivos familiares, vêm tendo, dia a dia, uma importância cada vez maior. E êste aprêço às formas testamentais, aos anúncios de jornais, aos documentos epistolares, à escrituração de livros comerciais, etc., ganhou impulso, principalmente depois que o prof. Gilberto Freire lançou o seu monumental ensaio (**Casa Grande e Senzala**) sôbre a formação da família brasileira sob o Regime de Economia Patriarcal, revelando, então, métodos de pesquisas e interpretação quase completamente inéditos e revolucionários em nosso país. Desde **Casa Grande e Senzala**, para gáudio nosso, os ensaístas estão entregues ao vasculho da "**história**" dessas casas e personagens, aparentemente "**sem história**".

O estudo do autor de **História da Medicina no Brasil** acompanha tôda a evolução e revolução de uma comunidade do sertão baiano por mais de um século, atravessando o estabelecimento e consolidação do Império, numa contribuição, que ao lado da dos profs. Pedro Calmon e Wanderley Pinho, dá àquela região um conjunto de estudos, que dificilmente poderemos encontrar em outras regiões do país.

Senhor de grande arquivo, zelosamente conservado pela progênie, o sr. Lycurgo dos Santos Filho, além de espelhar nas páginas de sua obra, com invejável minúcia, a vida interna, os costumes domésticos, e principalmente a gestão do patrimônio familiar, oferece preciosos subsídios, no tocante à atividade econômica da comunidade (comércio, indústria, pecuária, etc.), para os intérpretes dos relatos da vida sertanista. Nesse sentido, muito registro feito pelo autor, pode parecer, à primeira vista, de relativo interêsse, com informações que poderão mais despertar a atenção dos locais ou dos que se enquadram na árvore genealógica da família retratada. Entretanto, todos êsses registros, como as numerosas transcrições, também, guardam, pelos motivos que afirmamos antes, uma importância inestimável para a compreensão da realidade histórica pretérita. O documentário oitocentista que representa êste livro não pode ser desconhecido.

Neste estudo, como aliás salienta o seu autor, acompanha-se, com facilidade, toda a duração da “época do couro” no Nordeste, a que Capistrano se refere nos seus **Capítulos da História Colonial**, pois grande fazenda de criação que foi, o Campo Sêco teve o seu fastígio e a sua decadência.

O ensaio de que estamos tratando mostra os diferentes fatores naturais e circunstanciais, que muitas vêzes ao contrário do litoral, atuavam nas comunidades mais interioranas do sertão, onde talvez até o século XVIII, não penetrara, por exemplo, a chamada “cozinha baiana”. Revelações essas, que nos mostram os perigos dos julgamentos de generalização entre o litoral e o sertão, vêzo comum em muitos dos nossos autores.

Essa comunidade mantém-se segregada e distante do litoral, em busca de uma auto-suficiência, que vai aos poucos se perdendo pelas aspirações sociais, econômicas e políticas dos seus senhores.

Entretanto, na sua atividade comercial e bancária, agrícola e industrial, a comunidade se desenvolve e tem os seus grandes dias, resguardados pelas milícias e ordenanças do sertão e marcada, na sua “hegemonia” sobre a região, através das suas “missões” e da “atividade” política dos patriarcas em torno dos “homens bons” das Câmaras de antanho, nas estreitas relações que a fazenda sempre e necessariamente passaria a manter com as vilas.

Essa projeção do nome e da ação dos diversos patriarcas que passaram, em várias gerações, pelas terras do Brejo do Campo Sêco, foi exaustivamente descrita pelo autor, que se baseou em grande parte nos livros de escrituração dos fazendeiros, realizando pesquisas que o levaram quase sempre a esclarecimento completo dos assentamentos ali encontrados. Assim, os habilidosos negros, que aprendiam ofício com os “mestres” do caetité, as suas fugas e castigos ou perseguições pelos capitães-de-mato. A **prodigiosa** medicina caseira, a **moda** com as suas infectíveis novidades vindas do Reino, as modificações de hábitos e costumes, a descrição das baixelas e talheres, das baterias e alfaias, a confecção de iguarias do sertão, os grandes afazeres do patriarca, que iam desde a superior administração da comunidade até a cópia de receitas culinárias tradicionais na família, que ficava sempre a seu cargo (**sic!**), são todos assuntos que o autor tratou com carinho nas suas revelações. Ainda que as pesquisas em sua maior parte se baseassem em livros de escrituração contábil, a revivescência da vida social da comunidade foi tratada a contento, nos seus diversos aspectos, faltando apenas elementos ao autor para a descrição de festas, danças e comemorações, que de fato mais deveriam ter figurado em algum “diário” íntimo, do que no “livro de Razão”.

Nas épocas que a fortuna permitiu, os senhores do Brejo deram-se ao luxo de possuir casas comerciais, que eram representantes ou correspondentes na cidade, para atender as compras, pagamentos, transações e mesadas dos filhos estudantes, etc. E foi ainda sintoma dessa prosperidade de que chegaram a desfrutar aquelas propriedades a construção do sobrado, sobre a qual o autor recolheu um ma-

terial, que lhe permitiu um estudo talvez sem paralelos entre nós, graças ao impressionante acêrvo de documentos e revelações, que vêm em geral corresponder aos estudos do interior e da influência dos sobrados na **Paisagem Brasileira do Século XIX**, tão bem procedidos por Gilberto Freire.

Revelações interessantes também, as que versam sôbre as relações políticas, como por exemplo, nas eleições de 1848, que permitiam ao eleitor votar até 7 vêzes no mesmo candidato... além dos votos fraudulentos, etc.

Não olvidou o autor, dentro da perspectiva de tempo em que se passa a sua narrativa, de lembrar traços de influencição de fatôres, que atuaram sôbre a evolução, flutuação e progresso econômico da propriedade. Apesar de não ter descurado dêsse sincronismo da **parte** com o **todo**, poderia ter havido um estudo de maior integração (no sentido interpretativo) da história da comunidade na “cosmovisão” do Brasil oitocentista, num esquema interpretativo, como os nossos historiadores-sociólogos têm realizado. Mas, êsse cotêjo exigiria, evidentemente, um novo volume e acabaria por fugir à finalidade histórica e de documentário, que o autor imprimiu com tanto êxito a esta sua obra.

Louvamos êsse exaustivo trabalho de pesquisa do dr. Lycurgo dos Santos Filho, que reuniu ao imenso arquivo que compulsou e estudou, o depoimento dos remanescentes da estirpe retratada, além da visitação aos locais da história. Essas e outras muitas qualidades científicas do seu trabalho, confirmaram agora os elogios, que recebera por ocasião do lançamento de sua **História da Medicina no Brasil**.

JOSE' ROBERTO DO AMARAL LAPA

*

* * *

ARDAO (Maria Júlia) e CASTELLANOS (Aurora Capillas). — “**Bibliografia de Artigas**”. Comision Nacional Archivo Artigas, Tomo II. Primer premio en el concurso organizado por la Comision Nacional Archivo Artigas em 1946. Montevidéu. Impressora Uruguaya S. A. Juncal, 1511-1958. Publicação comemorativa do Centenário da morte de Artigas; Lei de 10 de agosto de 1950. Brochura com 1004 páginas de texto.

E' uma excelente coletânea dos documentos relacionados direta ou indiretamente com as atos e com a personagem do General Don José Artigas.

Os documentos são citados primeiramente pelos seus títulos, ou na falta dêles pela denominação informativa dada pelas autoras, vindo logo em seguida a informação da sua origem, isto é, artigo de jornal, carta, revistas, livros, fichas, etc., e uma breve exposição sôbre o conteúdo do texto citado.

Êste II volume divide-se em quatro secções: